

DOI: <https://doi.org/10.30749/2594-8261.v9n1p112-141>

LINGUAGEM SIMPLES: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DOS EDITAIS DO PRÊMIO INOVES ENTRE 2018 E 2024

PLAIN LANGUAGE: A COMPARATIVE ANALYSIS OF THE INOVES AWARD NOTICES BETWEEN 2018 AND 2024

Anny Karollinny Riva Giacomini¹
Rogerio Zanon da Silveira²

Resumo: A comunicação é um aspecto fundamental em qualquer organização pública, seja para transmitir informações, prestar esclarecimentos, ou apresentar resultados. Mas, muitas vezes, a linguagem utilizada nos documentos oficiais, como no caso de editais, é repleta de termos técnicos e jurídicos, com uma estrutura complexa, escrita floreada e alta carga de informações, dificultando a compreensão dos participantes. Nesse cenário, a Linguagem Simples tem figurado como uma importante ferramenta para a comunicação efetiva com o cidadão, propiciando uma comunicação pública mais inclusiva e democrática. Este artigo se insere nesse contexto e tem como objetivo analisar a evolução da implementação da Linguagem Simples nos editais do Prêmio Inoves do governo do estado do Espírito Santo no período de 2018 a 2024. Para isso, foram realizadas pesquisas bibliográfica e documental, cujos dados e informações foram tratados por meio da técnica de análise de conteúdo. Os resultados revelaram uma progressiva adoção dos princípios, alinhando-se com uma política de inclusão informacional. Essa evolução não é apenas estilística, mas reflete uma mudança fundamental na forma como o poder público concebe sua relação com o cidadão. Essa perspectiva é particularmente relevante no contexto da administração pública, em que a complexidade da linguagem, muitas vezes, atua como uma barreira à participação cidadã efetiva. No contexto específico do Prêmio Inoves, isso pode se traduzir em uma participação mais diversa e representativa, alinhando-se com os objetivos mais amplos de inovação na gestão pública.

Palavras-chave: Gestão Pública. Linguagem Simples. Prêmio Inoves. Inovação. Editais.

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública da Universidade Federal do Espírito Santo. MBA em Empreendedorismo e Gestão da Inovação na Universidade Vila Velha. Bacharel em Administração pela Universidade Federal do Espírito Santo. Bacharel em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, pela Universidade Federal do Espírito Santo. Servidora pública.

² Doutor em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais (CEPEAD-UFMG - 2015). Mestre em Administração pela Universidade Federal do Espírito Santo (PPGADM-UFES) (2010) e Mestre em Ciências Contábeis pelo Instituto Nelson Abel de Almeida ES (2003). Pós-graduado em Integração Econômica e Direito Internacional Fiscal pela Escola de Administração Fazendária (ESAF) (2005). Pós-graduado em Política e Estratégia Empresarial e graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Cândido Mendes (2000). Professor Adjunto da Universidade Federal do Espírito Santo. Professor Permanente do Mestrado Profissional em Planejamento e Gestão Pública (UFES).

Abstract: Communication is a fundamental aspect of any public organization, whether it is to transmit information, provide clarifications, or present results. However, the language used in official documents, such as public notices, is often full of technical and legal terms, with a complex structure, flowery writing, and a high amount of information, making it difficult for participants to understand. In this scenario, Plain Language has emerged as an important tool for effective communication with citizens, enabling more inclusive and democratic public communication. This article fits into this context and aims to analyze the evolution of the implementation of Plain Language in the public notices of the Inoves Award of the government of the state of Espírito Santo from 2018 to 2024. To this end, bibliographic and documentary research was carried out, the data and information of which were treated through content analysis. The results revealed a progressive adoption of the principles, in line with a policy of informational inclusion. This evolution is not only stylistic, but reflects a fundamental change in the way the government conceives its relationship with the citizen. This perspective is particularly relevant in the context of public administration, where the complexity of language often acts as a barrier to effective citizen participation. In the specific context of the Inoves Prize, this can translate into more diverse and representative participation, aligning with the broader objectives of innovation in public management.

Keywords: Public Management. Plain Language. Inoves Prize. Innovation. Public Notices.

Recebido em: 16/12/2024
Aceito em: 16/03/2025

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este artigo tem como tema a Linguagem Simples, prática discutida e difundida nas organizações para transmitir informações, prestar esclarecimentos ou apresentar resultados. O objetivo é analisar a evolução da implementação da Linguagem Simples nos editais do Prêmio Inoves do governo do estado do Espírito Santo no período de 2018 a 2024, um programa de governo que tem o objetivo de estimular a cultura de empreendedorismo e de inovação no âmbito do serviço público estadual.

Frequentemente, a linguagem utilizada no contexto das organizações públicas é repleta de termos técnicos e jurídicos, com uma estrutura complexa, escrita floreada e alta carga de informações, o que pode dificultar a compreensão do público em geral. São pilares constitucionais no Brasil os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, eficiência e publicidade. Quando a Administração Pública precisa selecionar pessoas ou projetos, visando à isonomia e à publicidade, o instrumento utilizado é o edital, que funciona como um marco que define os limites temporais e espaciais da participação do candidato, servindo também como um manual que esclarece as regras para a seleção.

Nesse sentido, a utilização da Linguagem Simples, técnica utilizada para elaborar textos claros, objetivos e concisos, com estruturas menos complexas, fáceis de ler. Como movimento, a Linguagem Simples apregoa o direito de entendimento de informações de interesse público. Isso não quer dizer que tornar a linguagem mais acessível signifique usar um estilo coloquial em comunicações oficiais do governo, nem remover dados importantes só porque são complexos, ou subestimar a capacidade do público. O propósito é ajustar a mensagem para que atenda às necessidades dos destinatários, promovendo sua independência, acesso à informação, clareza e participação cidadã.

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, cujos dados e informações são obtidas com o uso do instrumento de análise de documentos, interpretadas com base na técnica de análise de conteúdo. As unidades de análise são os quatro editais do Prêmio Inoves dos anos de 2018 a 2024, buscando comparação entre eles no que diz respeito ao objetivo de pesquisa.

A relevância deste estudo reside no fato de que adotar uma comunicação mais clara vem se reforçando à medida que se percebe a necessidade de substituir o uso de linguagem rebuscada em documentos oficiais e em comunicação com o público em geral, algo que se verifica em editais dos mais diversos tipos. É comum perceber que essa forma de linguagem possui é carregada de termos jurídicos e complexos, de difícil entendimento, muitas vezes confundindo os participantes, gerando dúvidas e até mesmo interpretações equivocadas. Some-se a isso frases de estruturas longas e confusas, o que aumenta a necessidade de esclarecimentos adicionais.

No que se refere a editais, esta pesquisa encontra justificativa ao defender que a elaboração de um edital claro e compreensível promove a transparência e acarreta inúmeras vantagens de ordem prática. Este estudo pode contribuir no desenvolvimento da conscientização de que um documento bem elaborado, com palavras objetivas e precisas e acessíveis, diminui a chance de contestações legais e esclarece melhor as regras para os participantes. Isso contribui para diminuir os riscos de impugnações, evitando o desestímulo e minimizando as dúvidas dos candidatos, bem como evitar o retrabalho.

2 APORTE TEÓRICO: A COMUNICAÇÃO E A LINGUAGEM SIMPLES

A comunicação desempenha um papel fundamental na sociedade, permeando todas as esferas da vida humana e moldando as interações sociais, culturais e políticas. Como afirma Bordenave (2013, p. 17), "a comunicação confunde-se com a própria vida. Temos tanta consciência de que comunicamos como de que respiramos ou andamos". Conforme apontado por Berlo (1999), o processo de comunicação envolve não apenas o emissor, a mensagem e o receptor, mas também a codificação, o canal, a decodificação e o *feedback*. Além disso, fatores como as experiências, crenças e valores dos interlocutores influenciam na interpretação e compreensão das mensagens trocadas.

A comunicação como atividade social é particularmente relevante quando se considera seu papel na esfera pública. Isso porque a Comunicação Pública é uma área que engloba uma ampla variedade de saberes e práticas; um conceito que está sempre em construção. E, dentre esses múltiplos significados, é possível identificar LexCult, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 112-141, jan./abr. 2025

um ponto de convergência que se refere a um processo de comunicação estabelecido entre o Estado, o governo e a sociedade, que desempenha um papel fundamental com o objetivo de informar para construir e propiciar o exercício de cidadania (Brandão, 2007).

Duarte (2007a) destaca que é por meio da Comunicação Pública que os cidadãos têm acesso à informação, participam do debate público, expressam suas opiniões e influenciam nas decisões que afetam suas vidas e a sociedade como um todo. Essa relação intrínseca entre Comunicação Pública e exercício da cidadania torna necessária, então, “a adoção de medidas para que o cidadão se sinta estimulado a participar de assuntos que possam ser do seu interesse e que essa participação permita que ele se manifeste em igualdade de condições” (Da Vanzini, 2022, p. 4).

A Comunicação Pública, então, “enquanto política de inclusão informacional, tem um papel fundamental no desafio de facilitar a compreensão da mensagem pública” (Araújo, 2022, p. 71). A Comunicação Pública eficiente é aquela que fornece informações acessíveis e compreensíveis (Cappelli; Nunes; Oliveira, 2021), facilitando o acesso dos cidadãos a conteúdos relevantes, propiciando o entendimento de discursos técnicos, jurídicos e científicos e promovendo a inclusão social (Jones; Willians, 2017), aspectos intrínsecos à Linguagem Simples.

De acordo com Zémor (1995), a comunicação pública é essencialmente uma comunicação formal, caracterizada pela troca e compartilhamento de informações de utilidade pública. O autor destaca que essa forma de comunicação deve ser fundamentada na informação, com o objetivo primordial de interagir com a sociedade. Além disso, ele enfatiza a importância da publicidade nas instituições e da transparência nos serviços públicos, bem como o desenvolvimento de ações que abordem temas de interesse coletivo.

Mas o que é a Linguagem Simples? Também conhecida como *Plain Language* ou *Plain English*, traduzida do inglês, ou *Lenguaje Claro*, do espanhol, a Linguagem Simples (ou Linguagem Clara, no português de Portugal) é uma abordagem comunicativa e inclusiva que visa transmitir a informação de modo objetivo e claro, tornando-a mais acessível e compreensível para pessoas cujas idades e cujos níveis de escolaridade sejam distintos (Pires, 2021; Rodrigues,

2022b). Significa, de fato, escrever claramente (Silva; Vitoriano, 2021), com honestidade, transparência e foco no leitor (Shumskaya, 2019; Cutts, 2020). De acordo com a Federação Internacional de Linguagem Simples (*International Plain Language Federation*),

(...) uma comunicação está em linguagem clara se as palavras, a estrutura e o design forem tão transparentes que os leitores a quem se dirige conseguem facilmente encontrar a informação de que precisam, compreender o que encontram e usar essa informação (International Plain Language Federation, s/d).

No Brasil, o movimento da Linguagem Simples ainda está tomando forma. Ele ganhou força na última década, e hoje já conta com diversas iniciativas municipais, estaduais e federais para ampliar sua capilaridade, que serão abordadas em tópico específico. Pires (2017), uma das pesquisadoras que encampa o movimento no país, elaborou uma definição em que apresenta princípios norteadores da Linguagem Simples:

É um conjunto de práticas que facilitam a leitura e a compreensão de textos. Considera o público a quem a comunicação se destina para organizar as ideias, escolher as palavras mais familiares, estruturar as frases e determinar o design. O leitor consegue localizar com rapidez a informação de que precisa, entendê-la e usá-la. Evita jargão e termos técnicos: se forem inevitáveis, deve explicá-los. (...) Costuma ter o tom de uma conversa amigável e respeitosa. Reconhece o direito que toda pessoa tem de entender textos relevantes para o seu cotidiano. Sua intenção primordial é esclarecer. Sempre que possível, testa se o público-alvo entendeu bem o texto antes de publicá-lo (Pires, 2017, p. 10).

Tramita atualmente no Senado Federal o Projeto de Lei (PL) nº 6.256, de 3 de dezembro de 2019, de iniciativa da Câmara dos Deputados, que tem o objetivo de “Instituir a Política Nacional de Linguagem Simples nos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta” (Brasil, 2019). Os objetivos do PL aparecem já em seu artigo 1º:

- I - garantir que a administração pública utilize uma linguagem simples e clara em todos os seus atos;
- II - possibilitar que as pessoas consigam, com facilidade, localizar, entender e utilizar as informações dos órgãos e entidades;
- III - reduzir a necessidade de intermediários entre o governo e população;

- IV - reduzir os custos administrativos e operacionais de atendimento ao cidadão;
- V - promover a transparência e o acesso à informação pública de forma clara;
- VI - facilitar a participação e o controle da gestão pública pela população;
- VII - promover o uso de linguagem inclusiva (Brasil, 2019).

Os autores do Projeto de Lei justificaram a necessidade de criação da Política Nacional de Linguagem Simples por considerarem que ela é um instrumento que exerce a função de ponte entre pelo menos duas linguagens: a linguagem do sistema e a linguagem do usuário. Segundo o PL, “a linguagem para aproximar a comunicação do governo ao usuário pelo grau de educação da população é a linguagem simples. Com ela será possível assegurar a todos os cidadãos um melhor acesso às informações que precisam ou desejam conhecer” (Brasil, 2019, p. 3).

Cutts (2020) acrescenta que a Linguagem Simples faz alusão não só à clareza, mas também à honestidade e à transparência – ou pelo menos deveria. Isso remonta dizer que existe a necessidade de os autores dos textos julgarem se o material é claro o suficiente para que seja facilmente compreendido. Mas também significa prestar atenção no layout e na organização dos textos, para que as pessoas possam encontrar com mais facilidade as informações de que precisam e não percam seu tempo e dinheiro.

Os princípios teóricos que alicerçam a Linguagem Simples vêm sendo validados de forma empírica e multidisciplinar por diferentes estudiosos de diferentes campos, idiomas e em diferentes regiões do mundo. Segundo Pires (2021, p. 75), “reiterados estudos internacionais vêm recomendando a produção de conhecimento científico para avaliar os ganhos de compreensibilidade textual por meio de Linguagem Simples”.

Nesse cenário, a obra *Oxford Guide to Plain English*, de Martin Cutts (2020), cuja primeira edição foi publicada em 1995, é uma das referências mundiais no assunto. O autor compilou uma série de diretrizes voltadas para uma escrita mais fácil de entender e seu guia se tornou referência em países das mais diversas línguas. Em seu guia, Cutts (2020) reúne 30 diretrizes, apresentadas no Quadro 1. Cada capítulo do livro inicia com uma diretriz, e em cada um deles essas diretrizes são discutidas e explicadas de forma expandida, com exemplos, por Cutts (2020).

Quadro 1: As 30 diretrizes de Linguagem Simples (Cutts, 2020)

1.	Planejar primeiro, antes de escrever
2.	Organizar seu material de forma que seu leitor possa ver as informações importantes e navegue facilmente pelo documento
3.	Escrever frases curtas, de 15 a 20 palavras, e parágrafos claros
4.	Preferir palavras simples, que seus leitores entenderão
5.	Escrever de forma concisa
6.	Preferir verbos na voz ativa, a menos que haja uma boa razão para usar a voz passiva
7.	Usar verbos de verdade (não substantivados)
8.	Usar listas verticais (ou tópicos) para separar textos complicados
9.	Converter negativo em positivo
10.	Usar boa pontuação
11.	Usar boa gramática
12.	Revisar seu texto mais de uma vez
13.	Pensar cuidadosamente como – ou não – usar certas palavras
14.	Evitar palavras estrangeiras
15.	Desfazer aglomerações de substantivos
16.	Reduzir referências cruzadas
17.	Explorar e eliminar alguns mitos da escrita
18.	Evitar clichês
19.	Adequar sua escrita ao nível do público-alvo
20.	Escrever sem rodeios do início ao fim
21.	Tomar cuidado com os e-mails tanto quanto com o resto de sua escrita
22.	Usar linguagem inclusiva quando for viável
23.	Considerar diferentes maneiras de expor suas informações
24.	Preocupar-se o bastante com os clientes para escrever para eles com clareza
25.	Supervisionar a escrita dos colegas (cautelosamente)
26.	Dedicar esforço especial para produzir instruções lúcidas e bem organizadas
27.	Adaptar a escrita para a Web
28.	Aplicar técnicas de linguagem simples a documentos legais, como apólices de seguro, contratos de aluguel, de carro, leis e testamentos – evitar linguagem jurídica
29.	Para pessoas cuja alfabetização é baixa, eliminar os mínimos detalhes, ser breve e testar os documentos com os leitores
30.	Melhorar o <i>layout</i> da página para exibir bem suas palavras

Fonte: Elaborado pela autora com base em Cutts (2020) e Rodrigues (2022a).

Essas diretrizes da Linguagem Simples são princípios orientadores que buscam tornar-se a comunicação mais clara, acessível e compreensível para um público amplo. Cutts (2020) ressalta que as doze primeiras diretrizes que compõem o Quadro 1 são as mais importantes. Elas deveriam ser frequentemente aplicadas em textos escritos, documentos oficiais, sites governamentais, campanhas de saúde, entre outros contextos de comunicação.

Para facilitar o entendimento, essas diretrizes foram sumarizadas em sete categorias pelo autor, na quarta edição do guia, lançado em 2013: estilo e gramática; preparação e planejamento; organizando as informações; gerindo a escrita; linguagem simples para fins específicos; *layout*; e revisão de textos.

Na categoria “estilo e gramática”, Cutts (2013) propõe um tamanho médio de quinze a vinte palavras ao longo de um texto, com o uso de palavras que serão

LexCult, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 112-141, jan./abr. 2025

entendidas facilmente pelos leitores e com a escolha de palavras realmente necessárias. Também recomenda o uso da voz ativa, de verbos claros e o não uso de cadeias de substantivos. Ainda recomenda que os pontos abordados no texto sejam feitos de forma positiva sempre que possível, que a pontuação seja precisa, que se evite linguagem sexista e se utilize da boa gramática; e, em cartas e e-mails, evite que as primeiras frases sejam complexas.

A segunda categoria, “preparação e planejamento”, é a recomendação de planejar antes de começar a escrever. Já na categoria “organizando as informações”, Cutts (2013) sugere que o texto seja organizado de forma que os leitores possam ter acesso às informações mais importantes logo no início dele e possam passar com facilidade pelo todo do documento. Para isso, é necessário considerar diferentes formas de apresentação de informações. Em “gerindo a escrita”, a recomendação é a de administrar cuidadosamente a redação de colegas, buscando desenvolver a moral e eficiência deles.

Na categoria “linguagem simples para fins específicos”, Cutts (2013) sugere cuidar do e-mail com o mesmo cuidado com que são tratados os demais textos escritos. Também recomenda esforço pessoal na produção de instruções organizadas e claras. Nos textos publicados na internet, é preciso não fazer rodeios e procurar dar as principais notícias em primeiro lugar e usar estilo e estrutura de forma precisa. Mesmo em documentos legais, quaisquer que forem, a recomendação é usar as ideias da Linguagem Simples.

Se os destinatários da mensagem forem pessoas com pouco grau de alfabetização, deve-se procurar ser breve, cortar detalhes e testar os documentos com os próprios leitores. No que tange à categoria “*layout*”, a recomendação é a de utilizá-lo de forma clara para apresentação de palavras de acesso fácil. Na última categoria, “revisão de textos”, a recomendação do autor é a de verificar cuidadosamente o material escrito, antes que seja verificado pelos leitores.

3 MÉTODOS E PROCEDIMENTOS

Com relação à natureza, esta é uma pesquisa qualitativa aplicada, exploratória e caráter descritivo (Vergara, 2016). O que se buscou foi utilizar um processo interpretativo que não se baseie em matemática para descobrir conceitos e LexCult, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 112-141, jan./abr. 2025

relações presentes nos dados e organizá-los em um esquema explicativo, mas sim um modelo para compreender as interconexões entre os elementos, com foco na compreensão da manifestação do objeto de estudo (Gil, 2018, 2021; Minayo, 2007).

Os dados e informações foram obtidos de duas formas: por meio de pesquisa bibliográfica e por análise documental (Gil, 2021). Nessa fase, foi feito um estudo sistematizado com base em material publicado em livros, revistas especializadas, artigos científicos, redes eletrônicas, além de outras fontes, acessíveis ao público em geral. Todo esse material, além de subsidiar o processo de análise e avaliação dos editais do Prêmio Inoves, também foi a fonte de informação que permitiu elencar as bases e diretrizes que embasam a técnica.

Já a pesquisa documental foi a que definiu o *corpus* de dados analisado neste estudo, buscando atingir o objetivo geral de analisar a evolução da implementação da Linguagem Simples nos editais do Prêmio Inoves no período de 2018 a 2024. Foram analisados quatro documentos: os editais do Prêmio Inoves dos anos de 2018, 2020, 2022 e 2024, todos fornecidos pelo Laboratório de Inovação na Gestão do Governo do Espírito Santo (LAB.ges).

Os documentos foram selecionados pelo critério da acessibilidade (Vergara, 2016), uma vez que a pesquisadora tinha acesso a eles e porque o governo do Estado começou a implantar práticas de Linguagem Simples nesses editais a partir do ano de 2018. A partir disso, foram listadas em um arquivo no software *Excel* as 30 diretrizes de Linguagem Simples propostas por Cutts (2020), e foi identificada a presença dessas diretrizes em cada um dos editais.

Os dados e as informações obtidas foram interpretados à luz da técnica de análise de conteúdo (Bardin, 2016), utilizada para tratamento de material textual e simbólico cujos procedimentos são sistemáticos e cuja finalidade é produzir inferências sobre o que está sendo dito a respeito de determinado assunto (Bardin, 2016; Colbari, 2014). Bardin (2016, p. 36) acrescenta que “não existe coisa pronta na análise de conteúdo, mas somente algumas regras de base, por vezes dificilmente transponíveis”. Segundo a autora, existe um “leque de apetrechos”, uma infinidade de análises de conteúdo possíveis: “A análise de conteúdo pode ser uma análise dos ‘significados’ (exemplo: a análise temática), embora possa ser também

uma análise dos ‘significantes’ (análise lexical, análise dos procedimentos)” (Ibid, p. 41).

Com base no *corpus* definido, bem como na bibliografia encontrada, foram organizados e analisados cada um dos editais, a partir de uma primeira leitura individualizada, com base nos princípios e nas diretrizes da Linguagem Simples. Após essa etapa, foi feita uma análise categorial, em cada um dos documentos, com as respectivas interpretações e inferências (Moreira, 2005), atingindo-se, assim, o objetivo de pesquisa. Identificados os princípios e diretrizes da Linguagem Simples presentes em cada edital, foi feita uma comparação entre os documentos, por meio das anotações e inferências realizadas anteriormente e tendo como base as 30 diretrizes de Cutts (2020). Essas comparações foram feitas com base nas diretrizes constantes ou não constantes nesses editais, mostrando a evolução em sua utilização, propiciando atingir o objetivo específico de comparar as mudanças na estrutura dos editais analisados.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS E INFORMAÇÕES

4.1. Edital Prêmio Inoves – Ciclo 2018

O Edital do Prêmio Inoves - Ciclo 2018 foi o primeiro documento deste tema a levar em consideração algumas características da Linguagem Simples. Ele traz uma combinação de práticas alinhadas com os princípios de clareza e acessibilidade textual, bem como áreas que apresentam oportunidades significativas de aprimoramento.

Um dos aspectos positivos mais notáveis do documento é sua estrutura organizacional. O uso de títulos numerados e subtítulos proporciona uma navegação intuitiva e facilita a compreensão da hierarquia das informações apresentadas. Essa abordagem está em consonância com as recomendações de Cutts (2013), que enfatiza a importância de uma estrutura lógica e facilmente seguível em documentos oficiais. Ele também utiliza subtítulos para separar diferentes seções, melhorando a organização visual, e emprega listas com marcadores para apresentar informações em tópicos, o que facilita a leitura.

Esse emprego frequente de listas com marcadores, especialmente na seção de critérios de avaliação, demonstra uma prática eficaz na apresentação de informações complexas. Fischer (2018) corrobora essa estratégia, destacando que listas bem estruturadas melhoram significativamente a assimilação de informações em textos governamentais. No entanto, não possui um sumário, o que poderia melhorar ainda mais a navegação.

O documento fornece, ainda, definições claras para termos específicos, como nas descrições das categorias (Ideia, Projeto em Desenvolvimento, Projeto de Resultados). Outro ponto forte do regulamento é a utilização de tabelas informativas para apresentar dados sobre categorias, premiações e prazos. Essa abordagem visual alinha-se com as diretrizes de Fischer (2019) sobre a importância de elementos gráficos na clarificação de informações complexas. Os quadros e as tabelas proporcionam uma visualização rápida e eficiente de dados cruciais, fáceis de serem comparados, como mostra a Figura 1.

Figura 1 - Quadro de premiação - edital 2018

Quadro 2 - Premiação/Reconhecimento - Categoria e Público-alvo

Público-alvo	Categorias		
	Ideia	Projeto em Desenvolvimento	Projeto de Resultados
Poder Executivo Estadual	Até R\$40 mil + Apoio técnico + Certificado + Selo Inoves	Até R\$40 mil + Apoio técnico + Certificado + Selo Inoves	Até R\$40 mil + Apoio técnico + Certificado + Selo Inoves
Poder Executivo Municipal	Até R\$40 mil + Apoio técnico + Certificado + Selo Inoves	Até R\$40 mil + Apoio técnico + Certificado + Selo Inoves	Até R\$40 mil + Apoio técnico + Certificado + Selo Inoves
Outros Poderes	Certificado + Selo Inoves	Certificado + Selo Inoves	Certificado + Selo Inoves

Fonte: Edital Prêmio Inoves (2018)

Como pontos a serem melhorados, pode-se citar a identificação de áreas que necessitam de aprimoramento para melhor aderência aos princípios da Linguagem Simples. Uma das questões mais proeminentes é o comprimento excessivo das frases em diversas seções do documento. Por exemplo, no item que descreve o objetivo do prêmio (Figura 2), há uma frase com 46 palavras, montante

significativamente acima do recomendado por Cutts (2020). O autor sugere uma média de 15-20 palavras por frase (diretriz 3) para otimizar a sua compreensão.

Figura 2 - Objetivo do prêmio - edital 2018

1. DO OBJETIVO DO PRÊMIO

O Prêmio Inoves tem o objetivo de estimular o desenvolvimento de uma cultura de inovação na Administração Pública do estado do Espírito Santo, por meio do reconhecimento e investimento em servidores e projetos que proporcionem benefício perceptível para a sociedade, o servidor público e o estado. Para isso, o Prêmio busca estimular nos servidores e nas instituições comportamentos inovadores e colaborativos para que criem, testem e implementem novas soluções para os desafios do governo. Além disso, o Inoves visa a aproximar o Estado e a sociedade, convidando os cidadãos a participarem ativamente na avaliação e reconhecimento de projetos e servidores que podem fazer a diferença em sua vida.

Fonte: Edital Prêmio Inoves (2018) – grifo nosso.

No caso da Figura 2, uma sugestão seria dividir esse trecho em frases menores: “O Prêmio Inoves busca estimular a inovação na Administração Pública do Espírito Santo. Isso é feito reconhecendo e investindo em servidores e projetos que trazem benefícios claros para a sociedade, os servidores e o estado.”

A divisão de parágrafos longos em unidades menores de informação contribui para uma leitura mais fluida e compreensível (Cutts, 2013). Outro exemplo pode ser destacado na Figura 3. Se reescrevermos o trecho em tópicos, a leitura fica mais dinâmica e de fácil entendimento:

O uso frequente da voz passiva é outro aspecto que merece atenção. Embora em alguns contextos a voz passiva possa ser apropriada, sua utilização excessiva pode tornar o texto menos direto e mais difícil de compreender. Fischer (2018) argumenta que a preferência pela voz ativa (diretriz 6) geralmente resulta em uma comunicação mais clara e eficiente. A transformação de construções passivas em ativas poderia contribuir significativamente para a clareza e objetividade do regulamento.

Figura 3 - Item 5.4 - edital 2018

5.4. No processo de inscrição, será necessário selecionar o público a que a iniciativa pertence (Poder Executivo Estadual, Poder Executivo Municipal ou Outros Poderes) e, em seguida, selecionar a categoria em que ela se enquadra (Ideia, Projeto em Desenvolvimento ou Projeto de Resultados).

Fonte: Edital Prêmio Inoves (2018).

A reescrita na voz ativa (diretriz 6) torna as frases mais diretas e claras, identificando explicitamente quem realiza as ações. Um exemplo de como esse trecho da Figura 3 ficaria: “No processo de inscrição, selecione o público a que a iniciativa pertence (Poder Executivo Estadual, Poder Executivo Municipal ou Outros Poderes) e, em seguida, selecione a categoria em que ela se enquadra (Ideia, Projeto em Desenvolvimento ou Projeto de Resultados).”

A presença de termos técnicos e jargões sem explicações adequadas representa outro desafio para a acessibilidade do documento. Tanto Cutts (2013) quanto Fischer (2018) enfatizam a importância de explicar termos especializados ou incluir um glossário para auxiliar leitores menos familiarizados com o vocabulário específico da área. A inclusão de definições claras ou a substituição por termos mais comuns (diretrizes 4 e 14), quando possível, poderia ampliar significativamente o alcance e a compreensão do regulamento.

Figura 4 - Itens 9.7 e 9.8 - edital 2018

9.7. Os recursos financeiros serão disponibilizados via modalidade de apoio a projetos na forma de Resolução FAPES/CCAF nº 193, de 07 de dezembro de 2017, em conformidade com os itens financiáveis e não financiáveis.

9.8. A orientação sobre a disponibilização do recurso será apresentada pela Coordenação do Prêmio Inoves e pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo – FAPES aos vencedores após a publicação do resultado do Prêmio.

Fonte: Edital Prêmio Inoves (2018).

No exemplo da Figura 4, além de não haver uma forma de consulta à Resolução FAPES/CCAF, podemos considerar como ponto negativo o uso da sigla sem a devida explicação prévia. Fischer (2018) sugere que o significado completo das siglas seja apresentado em sua primeira ocorrência, seguido pela sigla entre parênteses. Essa prática simples pode prevenir confusões e facilitar a compreensão, especialmente para leitores que não estão familiarizados com as abreviações específicas do contexto governamental.

Diante da sugestão da autora, o ideal seria que a sigla FAPES, apesar de explicada no item 9.8, tivesse sido escrita por extenso na primeira menção no item 9.7, seguida da sigla entre parênteses.

Figura 5 - Item 6.4 - edital 2018

6.4. Poderá haver diligências da Banca Avaliadora às iniciativas, de forma não obrigatória e de acordo com a necessidade, a fim de esclarecer dúvidas ou verificar evidências objetivas, visando a subsidiar a classificação das propostas.

Fonte: Edital Prêmio Inoves (2018).

Já alguns outros termos podem ser simplificados ou explicados, como "diligências", no item 6.4 (Figura 5). A sugestão, nesse caso, é utilizar: "Poderá haver visitas ou pedidos de esclarecimentos da Banca Avaliadora às iniciativas...", ou melhor, também transformar em ordem direta: "A Banca avaliadora poderá pedir mais informações sobre as iniciativas..."

Por fim, observou-se que o tom do documento é formal em alguns trechos e não fala, por muitas vezes, diretamente com o leitor. Mas, em suma, a análise do Edital do Prêmio Inoves - Ciclo 2018 revela uma oportunidade significativa para aprimorar a comunicação entre o poder público e os potenciais participantes do programa. Embora o documento já apresente algumas características de Linguagem Simples, há várias oportunidades para torná-lo mais acessível e compreensível, principalmente simplificando a linguagem, reduzindo o tamanho das frases, explicando termos técnicos e reorganizando algumas informações de forma mais visual e direta.

4.2. Edital Prêmio Inoves – Ciclo 2020

O Edital do Prêmio Inoves - Ciclo 2020, apesar de ser bem parecido com o de 2018, apresenta uma leve evolução na utilização da Linguagem Simples em relação ao ciclo anterior, principalmente no que diz respeito ao uso de uma linguagem mais direta e com foco no leitor. O documento demonstra um bom planejamento e organização. A estrutura é clara, com seções numeradas e subtítulos, facilitando a navegação, seguindo as diretrizes 1 e 2 de Cutts (2020). Mas poderia ser melhorado com a adição de um sumário no início do edital.

Ambos os documentos de 2018 e 2020 apresentam essa estrutura bem definida, com seções numeradas e subtítulos claros. Essa organização facilita a navegação e a compreensão do conteúdo, alinhando-se com as recomendações de Cutts (2013) sobre a importância de uma estrutura lógica e fácil de seguir. O regulamento de 2020, inclusive, trouxe a reorganização de algumas seções para uma sequência mais lógica (por exemplo, a seção sobre a Banca Avaliadora foi movida para antes da seção sobre Premiação). Essa mudança indica uma evolução positiva na organização do edital, tornando-o mais acessível aos leitores.

Em relação à escolha das palavras (diretriz 4), o edital, assim como o de 2018, usa termos técnicos e jargões administrativos que podem ser difíceis para alguns leitores. Por exemplo, "evidências objetivas", "diligências", "iniciativas semifinalistas". Um glossário poderia ser útil para explicar esses termos.

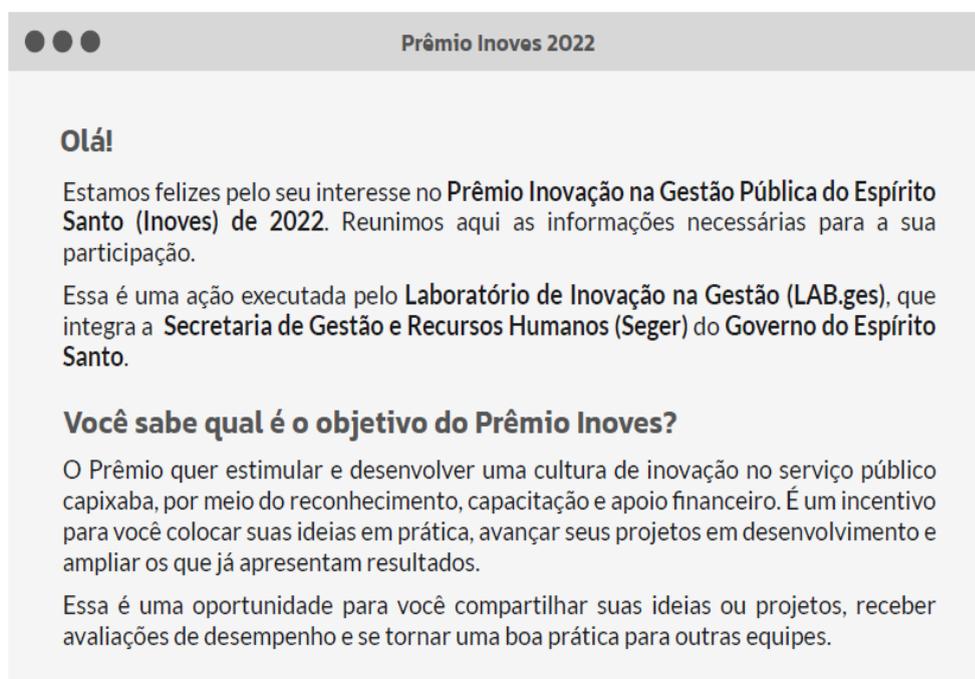
Mas há uma tentativa de tornar algumas explicações mais diretas e claras, especialmente nas descrições das categorias e critérios de avaliação, com explicações mais detalhadas sobre os processos de avaliação e seleção. Enquanto em 2018 os critérios de avaliação dos trabalhos foram colocados em um anexo do edital, em 2020 esses critérios foram apresentados em forma de tabela, dentro do próprio regulamento. Esse é um avanço significativo, alinhando-se com as recomendações de Fischer (2018) sobre o uso de elementos visuais para melhorar sua compreensão.

A análise comparativa dos regulamentos do Prêmio Inoves de 2018 e 2020, baseada nas diretrizes de Linguagem Simples de Cutts (2020), revela uma evolução modesta, mas positiva. O documento de 2020 apresenta melhorias na organização geral, no uso de elementos visuais como tabelas (diretriz 23), e na concisão de algumas seções e um *layout* claro (diretriz 30). No entanto, há oportunidades de melhoria, principalmente na redução do comprimento das frases, no uso mais frequente da voz ativa, e na simplificação de termos técnicos. A adição de um glossário e um sumário também poderia melhorar significativamente a acessibilidade do documento.

4.3. Edital do Prêmio Inove – Ciclo 2022

A partir do Edital do Prêmio Inoves – Ciclo 2022 -, nota-se uma evolução maior na utilização das diretrizes de Linguagem Simples, com mudanças significativas em termos de acessibilidade, clareza e foco no leitor. Em primeiro lugar, ele traz um sumário detalhado no início, facilitando a navegação. Também trouxe uma estrutura de perguntas e respostas e uma seção introdutória (Figura 6) explicando o objetivo do prêmio.

Figura 6 - Introdução - edital 2022



Fonte: Edital Prêmio Inoves (2022).

Figura 7 - Itens do regulamento - edital 2022

Conheça, nas próximas páginas, mais informações sobre:

Itens do regulamento	
1. Prêmio Inoves 2022	7. Plano de Projeto
2. Participação	8. Avaliação
3. Categorias	9. Julgamento
4. Concorrência	10. Equipe de Avaliação
5. Premiação	11. Contato
6. Inscrição	12. Lista de Anexos

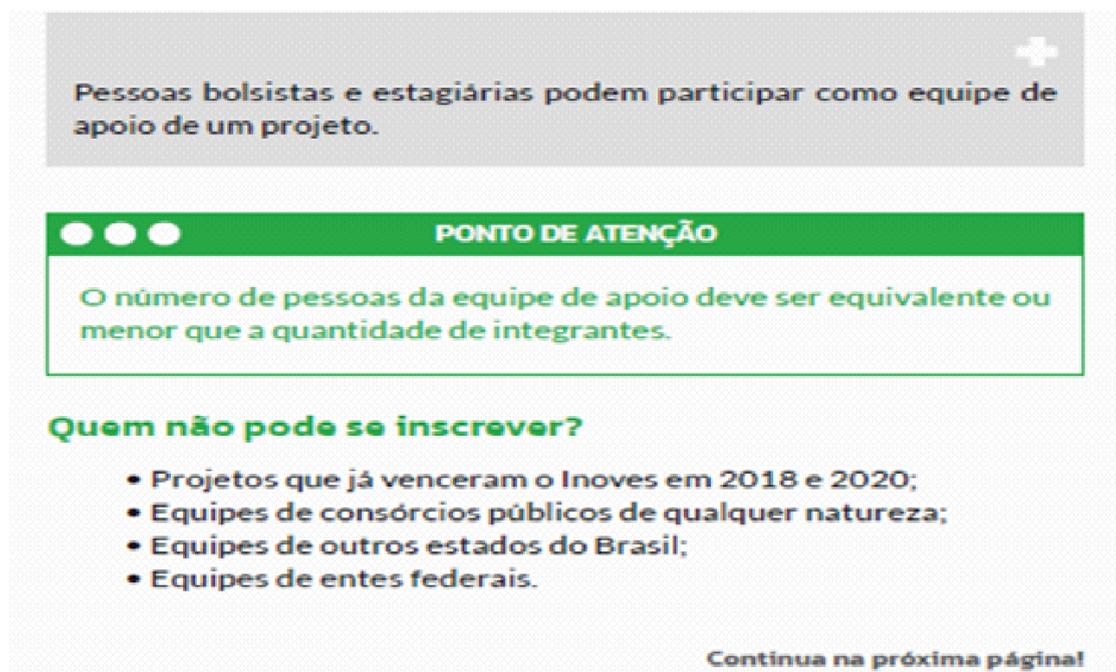
Fonte: Edital Prêmio Inoves (2022).

Todas essas mudanças citadas acima atendem melhor às diretrizes 1 e 2 de Cutts (2020), que enfatizam a importância do planejamento e da organização do material para fácil navegação. Em todas as páginas é identificada a seção em que o usuário está sendo possível migrar para outra seção em apenas um clique, acessando o sumário lateral, conforme destacado na Figura 7.

Além disso, logo no início do documento, existe uma parte intitulada Jornada do Prêmio, mostrando as datas importantes acerca da participação dos interessados (Figura 8). De fato, o regulamento de 2022 apresenta uma melhoria significativa na estrutura de frases e parágrafos (diretriz 3). As frases são geralmente mais curtas, alinhando-se melhor à recomendação de Cutts (2020) de 15-20 palavras por frase, e diretas, conversando diretamente com o usuário (diretriz 19) por meio do pronome 'você'. Por exemplo, em 2020, havia um item do edital que falava "Cada servidor poderá participar de no máximo cinco iniciativas, independente da categoria, e de duas iniciativas como coordenador de equipe". Em 2022, esse item foi substituído por "Você pode estar em até 5 (cinco) projetos de qualquer categoria e, desses, coordenar até 2 (dois) projetos".

O layout do Edital de 2022 também é significativamente melhor (diretriz 30), com uso efetivo de cores, ícones e espaçamento para destacar informações importantes e melhorar a legibilidade. Esse exemplo pode ser destacado na página 7, conforme mostra a Figura 8.

Figura 8 - Ponto de atenção - edital 2022



Fonte: Edital Prêmio Inoves (2022).

Em várias partes do documento foram colocados trechos de “ponto de atenção”. Esse tipo de layout chama atenção para informações que sejam importantes para os candidatos considerarem, contribuindo para que eles tomem decisões conscientes e mais bem informados (Shumskaya, 2019).

4.4. Edital do Prêmio Inoves – Ciclo 2024

A evolução da comunicação pública, particularmente no contexto da administração governamental, tem sido marcada por uma crescente ênfase na acessibilidade e clareza da informação. O edital de 2024 do Prêmio Inoves representa um caso exemplar dessa tendência, refletindo uma adoção significativa dos princípios da Linguagem Simples, conforme delineados por Cutts (2020) e outros estudiosos do campo.

A análise desse documento revela uma transformação substancial na abordagem comunicativa do governo do Espírito Santo, alinhando-se com o que Pires (2021) descreve como uma mudança paradigmática na forma como as LexCult, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 112-141, jan./abr. 2025

instituições públicas se relacionam com os cidadãos. A estrutura do edital (diretriz 8), com seu sumário interativo e organização lógica das informações, exemplifica o que Fischer *et al.* (2019) identificam como elementos cruciais para facilitar a navegação e compreensão de documentos oficiais.

Um aspecto notável do edital é a predominância de frases curtas e diretas, uma característica fundamental da Linguagem Simples segundo Cutts (2020). Essa abordagem não apenas melhora a legibilidade, mas também contribui para o que Motta (2022b) descreve como uma "democratização do acesso à informação". A simplicidade lexical e sintática observada no documento alinha-se com as observações de Rodrigues (2022a) sobre a importância de adaptar a linguagem ao nível de compreensão do público-alvo, sem comprometer a precisão técnica necessária.

No caso do Edital de 2024, nota-se a diferença deste edital em relação ao mesmo tópico que foi destacado no de 2018. O uso extensivo de listas verticais e elementos visuais (diretriz 8) no edital também reflete as recomendações de Capelli *et al.* (2021) sobre a importância de utilizar recursos gráficos para complementar e reforçar o conteúdo textual. Essa abordagem multimodal não apenas melhora a estética do documento, mas facilita a assimilação de informações complexas, um aspecto crucial em comunicações governamentais, como destacado por Shumskaya (2019).

A predominância da voz ativa e o uso de verbos de ação no edital são consistentes com as diretrizes de Cutts (2020) e com as observações de Jones e Williams (2017) sobre a eficácia de uma linguagem mais direta e engajadora na comunicação pública (diretriz 24). Essa escolha estilística contribui para o que Araújo (2022) descreve como uma comunicação mais "dialógica" entre o Estado e o cidadão, essencial para promover a participação cívica e a transparência.

Um aspecto particularmente notável do edital de 2024 é sua adaptação para o ambiente digital (diretriz 27). A formatação e estrutura do documento, otimizadas para leitura *online*, refletem o que Rodrigues (2022b) identifica como uma necessidade crescente de adequar a comunicação governamental às plataformas digitais contemporâneas. Essa adaptação não se limita apenas à forma, mas também ao conteúdo, com links interativos (Figura 9) e uma estrutura que facilita a

navegação, elementos que Sousa (2021) destaca como cruciais para a acessibilidade da informação na era digital.

Figura 9 - Links interativos - edital 2024

Passo 1 – Acesse o site www.inoves.es.gov.br.

Na página inicial, você encontrará o link para a inscrição do prêmio.

Passo 2 – Preencha o formulário de inscrição on-line.

O modelo do formulário está disponível [aqui](#).

Fonte: Edital Prêmio Inoves (2024).

A linguagem inclusiva empregada no edital alinha-se com as observações de Borges e Bezerra (2021) sobre a importância de uma comunicação que reconheça e respeite a diversidade do público. Essa abordagem não apenas torna o documento mais acessível, mas também reflete um compromisso mais amplo com a equidade e a inclusão social, aspectos que Jones e Williams (2017) identificam como fundamentais para uma comunicação pública verdadeiramente democrática.

Apesar dos avanços significativos, a análise do edital também revela áreas para potencial melhoria. A persistência de alguns termos técnicos, especialmente na seção de critérios de avaliação, sugere que ainda há espaço para simplificação adicional. Como observa Sullivan (2001), o desafio de equilibrar precisão técnica com acessibilidade linguística é uma questão recorrente na comunicação governamental, exigindo uma abordagem cuidadosa e interativa. Esse tema, bem como sugestões para as próximas edições, será debatido com mais profundidade em tópico oportuno.

Dito isso, o edital de 2024 do Prêmio Inoves representa um avanço significativo na implementação dos princípios da Linguagem Simples na comunicação governamental. Reflete uma compreensão mais profunda do que Kunsch (2012) descreve como o papel da comunicação pública na construção de uma cidadania informada e participativa. As melhorias observadas e as sugestões propostas alinham-se com o que Da Cunha (2022) identifica como uma tendência global de tornar a comunicação governamental mais acessível, transparente e centrada no cidadão.

Essa evolução no regulamento do Prêmio Inoves serve de exemplo acerca de como documentos oficiais podem ser transformados para melhor servir seu

LexCult, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 112-141, jan./abr. 2025

público-alvo, mantendo, ao mesmo tempo, a precisão e o rigor necessários. Isso não apenas facilita a compreensão pelos potenciais participantes, mas também serve como um modelo de boas práticas de comunicação no setor público.

4.5. Sugestões de melhorias para as próximas edições

O edital de 2024 do Prêmio Inoves demonstra um avanço significativo na implementação dos princípios da Linguagem Simples, alinhando-se com as diretrizes de Cutts (2020) e com os conceitos teóricos da comunicação pública eficaz. A evolução observada reflete um compromisso crescente com a acessibilidade e a transparência na comunicação governamental.

No entanto, sempre há algo que pode ser acrescentado. As melhorias que são sugeridas aqui visam a aprimorar ainda mais a acessibilidade e eficácia do documento, contribuindo para uma participação mais ampla e diversificada no prêmio.

Uma das sugestões é a de incluir um glossário interativo no texto, uma vez que existem termos técnicos e jurídicos que não podem ser completamente eliminados, e que, muitas vezes, as pessoas precisam que alguém explique o significado de certas informações de forma mais clara (Capelli, Nunes e Oliveira, 2021). Entre esses termos pode-se destacar as expressões “entes públicos” (página 19) e “replicabilidade” (página 24). Também podem ser incorporados mais infográficos, especialmente para explicar processos complexos como as etapas de avaliação, atendendo à diretriz 30 de Cutts (2020).

Outro ponto é o de incluir uma versão em áudio do edital. Esse ponto alinha-se com as observações de Taibi (2023) sobre a importância de considerar diferentes modalidades de acesso à informação, especialmente para atender às necessidades de pessoas com diferentes habilidades e preferências de aprendizagem. Essa abordagem multimodal é consistente com o que Vermeiren (2018) descreve como uma tendência crescente na comunicação pública inclusiva e consta na diretriz 23 de Cutts (2020).

A incorporação de mais exemplos práticos e concretos, como sugerido por Pires (2021), também seria uma forma de melhorar ainda mais a compreensão e aplicabilidade das informações apresentadas: exemplos concretos de projetos LexCult, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 112-141, jan./abr. 2025

bem-sucedidos em cada categoria poderia ajudar os potenciais participantes a entender melhor o que se espera de cada projeto. Além disso, a implementação de um sistema de *feedback* interativo, como proposto por Rodrigues (2022a), permitiria uma evolução contínua do documento baseada nas experiências reais dos usuários.

Cabe ressaltar que o processo de simplificação da linguagem tem uma natureza evolutiva e contínua, como observado por Motta (2022a). Segundo a autora, a busca por uma comunicação governamental mais clara e acessível é um processo contínuo, que requer avaliação e aprimoramento constantes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A evolução observada nos editais do Prêmio Inoves ainda reflete o que Li (2020) descreve como uma mudança na assimetria informacional entre governo e cidadão. Ao simplificar a linguagem e tornar a estrutura mais intuitiva, o poder público não apenas facilita o acesso à informação, mas também promove o que Borges e Bezerra (2021) chamam de empoderamento de grupos social e economicamente desfavorecidos.

Essa transformação tem implicações significativas para a participação cidadã e a transparência governamental. Como argumenta Sousa (2021), a adoção da Linguagem Simples pode levar a uma sociedade mais informada e apta a dialogar com as administrações. No contexto específico do Prêmio Inoves, isso pode se traduzir em uma participação mais diversa e representativa, alinhando-se com os objetivos mais amplos de inovação na gestão pública.

O edital de 2018, por exemplo, representa o que Grille (2022) descreve como uma comunicação típica da administração pública: com diversos termos técnicos, estruturas sintáticas complexas e uma abordagem centrada mais no emissor do que no receptor da mensagem.

Já o edital de 2020 mostra os primeiros sinais de uma tentativa de simplificação, alinhando-se com o que Cutts (2020) descreve como os passos iniciais para uma comunicação mais clara. Embora ainda mantendo muito da estrutura formal, há um esforço visível para tornar o texto mais acessível, refletindo o

que Rodrigues (2022a) identifica como uma crescente consciência da necessidade de adaptação da linguagem no setor público.

O edital de 2022 marca uma virada significativa, adotando uma estrutura de perguntas e respostas e uma linguagem mais direta. Essa abordagem reflete o que Motta (2022a) descreve como uma mudança de paradigma na comunicação jurídica e administrativa, em que o foco se desloca da mera transmissão de informações para a efetiva compreensão por parte do receptor.

Evoluindo ainda mais, o edital de 2024 representa a consolidação dos princípios da Linguagem Simples, alinhando-se com o que Cappelli, Nunes e Oliveira (2021) descrevem como uma comunicação objetiva, clara e acessível. A introdução de elementos visuais, exemplos práticos e uma linguagem inclusiva demonstra uma compreensão mais profunda do que Shumskaya (2019) caracteriza como honestidade e transparência na comunicação pública.

Além disso, a jornada de implementação da Linguagem Simples nos editais do Prêmio Inoves de 2018 a 2024 oferece um panorama rico e complexo das transformações na comunicação pública no Brasil. Essa evolução não apenas reflete mudanças nas práticas de escrita, mas também sinaliza uma transformação mais profunda na relação entre o Estado e o cidadão, alinhando-se com os princípios de transparência, acessibilidade e participação cidadã que são fundamentais para uma democracia robusta e inclusiva.

A análise longitudinal dos editais revela uma progressão notável na adoção dos princípios da Linguagem Simples. Partindo de um documento inicial em 2018, caracterizado por uma primeira iniciativa de deixar a linguagem menos técnica e burocrática, observamos uma transformação gradual que culmina no edital de 2024, que incorpora não apenas uma linguagem mais acessível, mas também elementos visuais e interativos que facilitam a compreensão e o engajamento do público-alvo.

Essa evolução alinha-se com as diretrizes propostas por Cutts (2020) e reflete o que Pires (2021) e Fischer *et al.* (2019) descrevem como uma mudança paradigmática na comunicação governamental. A adoção progressiva de uma estrutura baseada em perguntas e respostas, o uso de exemplos concretos, e a incorporação de elementos visuais demonstram uma compreensão crescente da

importância de considerar as necessidades e capacidades do leitor na elaboração de documentos públicos.

À medida que se avança nessa discussão, faz-se necessário continuar as pesquisas nesta área, avaliando não apenas a implementação da Linguagem Simples, mas também seus impactos tangíveis na participação cidadã, na eficiência administrativa e na confiança pública nas instituições governamentais. O caso do Prêmio Inoves oferece um valioso ponto de partida para essas investigações futuras, ilustrando o potencial transformador da Linguagem Simples como uma ferramenta de democratização do acesso à informação e, por extensão, do próprio exercício da cidadania.

Diante desse cenário, uma área que merece atenção especial para ser abordada em estudos futuros é a interseção entre a simplificação da linguagem e os requisitos técnicos e legais dos documentos públicos. Pesquisas futuras poderiam explorar estratégias para equilibrar a necessidade de precisão legal com a acessibilidade linguística, possivelmente desenvolvendo diretrizes específicas para diferentes tipos de documentos governamentais.

Outro aspecto importante a ser investigado é o impacto da adoção da Linguagem Simples na eficiência administrativa. Estudos poderiam examinar se a simplificação dos editais resultou em uma redução no número de dúvidas, em um processo de inscrição mais ágil, ou em uma diminuição de erros nos projetos submetidos. Isso poderia fornecer evidências valiosas sobre os benefícios práticos da Linguagem Simples para a administração pública.

Pode-se dizer que a trajetória do Prêmio Inoves serve como um microcosmo das possibilidades e desafios na transformação da comunicação governamental. Este é apenas o início de uma jornada mais ampla em direção a uma administração pública mais transparente, acessível e centrada no cidadão. As lacunas identificadas oferecem um rico terreno para pesquisas futuras, que podem não apenas aprofundar nossa compreensão sobre a implementação eficaz da Linguagem Simples, mas também contribuir para o desenvolvimento de políticas e práticas que fortaleçam a democracia e a participação cidadã no Brasil e além.

6 REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Luciana Coutinho. **Linguagem simples como política pública de comunicação**: evidências a partir do caso da Prefeitura de São Paulo. 2022. 79f. Dissertação (Mestrado em Indústrias Criativas) - Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2022. Disponível em: <<http://tede2.unicap.br:8080/handle/tede/1684>>. Acesso em 25 maio 2023.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BERLO, D. K. **O processo da comunicação: introdução à teoria e à prática**. 9. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BORDENAVE, J. E. D. **O que é comunicação**. São Paulo: Brasiliense, 2013.

BORGES, Ana Lúcia Alexandre; BEZERRA, Arthur Coelho. Linguagem simples no setor público brasileiro: uma abordagem dialógica com a competência crítica em informação. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 14, 2021. Disponível em: <https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/576>. Acesso em: 2 jul. 2023.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei nº 6.256, de 3 de dezembro de 2019**. Institui a Política Nacional de Linguagem Simples nos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta de todos os entes federativos. Brasília: Senado Federal, 2019. Disponível em: <<https://www.congressonacional.leg.br/materias/materias-bicamerais/-/ver/pl-6256-2019>>. Acesso em: 11 out. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25 nov. 2023.

CAPPELLI, Claudia; NUNES, Vanessa; OLIVEIRA, Rodrigo. Transparência e transformação digital: O uso da técnica da linguagem simples. **Sociedade Brasileira de Computação**. 2021.

COLBARI, Antonia. A análise de conteúdo e a pesquisa empírica qualitativa. In: SOUZA, Eloísio Moulin. **Metodologias e analíticas qualitativas em pesquisa organizacional**: uma abordagem teórico-conceitual. Vitória: EDUFES, 2014. p. 241-272.

CUTTS, Martin. **Oxford Guide to Plain English**. 4 ed. Oxford: Oxford University Press, 2013.

_____. **Oxford Guide to Plain English**. 5 ed. Oxford: Oxford University Press, 2020.

DA CUNHA, Iria. Un redactor asistido para adaptar textos administrativos a lenguaje claro. **Procesamiento del Lenguaje Natural**, [S.I.], v. 69, p. 39-49, set. 2022. ISSN 1989-7553. Disponível em:

<<http://journal.sepln.org/sepln/ojs/ojs/index.php/pln/article/view/6426>>. Acesso em: 5 jun. 2023.

DA VANZINI, Katia Viviane. Marketing Digital e Comunicação Pública Governamental: Reflexões e apontamentos para uma agenda de pesquisa. **Encontro Brasileiro de Administração Pública**, 2022. Disponível em: <https://sbap.org.br/ebap/index.php/home/article/view/492>. Acesso em 20 jul. 2023.

DUARTE, Jorge. Instrumentos de comunicação pública. In: DUARTE, Jorge. (org.). **Comunicação pública: estado, mercado, sociedade e interesse público**. São Paulo: Atlas, 2007a. p. 59-71.

DUARTE, Marcia Yukiko Matsuuchi. Comunicação e cidadania. In: DUARTE, Jorge. (org.). **Comunicação pública: estado, mercado, sociedade e interesse público**. São Paulo: Atlas, 2007b. p. 95-115.

FISCHER, Heloisa et al. Compreensibilidade em textos de e-gov: uma análise exploratória da escrita do INSS, p. 303-313. In: **Anais do 9º CIDI | Congresso Internacional de Design da Informação, edição 2019 e do 9º CONGIC | Congresso Nacional de Iniciação Científica em Design da Informação**. São Paulo: Blucher, 2019. ISSN 2318-6968, DOI 10.5151/9cidi-congic-1.0306. Disponível em:

<https://www.proceedings.blucher.com.br/article-details/compreensibilidade-em-textos-de-e-gov-uma-anlise-exploratria-da-escrita-do-inss-33627>. Acesso em: 30 abr. 2023.

FISCHER, Heloisa; MONT'ALVÃO, Claudia; DOS SANTOS RODRIGUES, Erica. O papel do texto na compreensibilidade de e-Serviços. **Ergodesign & HCI**, [S.I.], v. 7, n. Especial, p. 207-219, dez. 2019. ISSN 2317-8876. Disponível em:

<<http://periodicos.puc-rio.br/index.php/revistaergodesign-hci/article/view/1275>>.

Acesso em: 30 abr. 2023.

doi: <http://dx.doi.org/10.22570/ergodesignhci.v7iEspecial.1275>.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2018.

_____. **Como fazer pesquisa qualitativa**. São Paulo: Atlas, v. 1, 2021.

GRILLE, Sara Pistola. Teaching Administrative Law through its Textual Genres: Compilation, Annotation and Corpus Analysis. **Proceedings** <http://ceur-ws.org> ISSN, v. 1613, p. 0073, 2022.

INTERNATIONAL PLAIN LANGUAGE FEDERATION. **Plain Language Definitions**, [s.I.]. Disponível em: <<https://www.iplfederation.org/plain-language/>>. Acesso em: 10 mar. 2023.

JONES, Natasha N.; WILLIAMS, Miriam F. The social justice impact of plain language: A critical approach to plain-language analysis. **IEEE Transactions on Professional Communication**, v. 60, n. 4, p. 412-429, 2017. DOI: 10.1109/TPC.2017.2762964.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. Comunicação pública: direitos de cidadania, fundamentos e práticas. In: MATOS, Heloisa (Org.). **Comunicação Pública: Interlocuções, interlocutores e perspectivas**. São Paulo: ECA/USP (versão e-book), 2012. p. 13-30. Disponível em: <https://goo.gl/mTXMYp>. Acesso em: 10 set. 2024.

LI, Huafang. Communication for coproduction: Increasing information credibility to fight the coronavirus. **The American Review of Public Administration**, v. 50, n. 6-7, p. 692-697, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1177/0275074020942104>

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. 10ª ed. São Paulo: Hucitec, 2007.

MOREIRA, Sonia Virgínia. Análise documental como método e como técnica. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005. p. 269-279.

MOTTA, Ester. Linguagem jurídica dirigida ao cidadão: alternativas para mediar a comunicação. In: FINATTO, Maria José Bocorny; PARAGUASSU, Liana Braga (Org.). **Acessibilidade Textual e Terminológica**. 1ed. Uberlândia: EDUFU, 2022a, v. 1, p. 214-243.

_____. **Sentenças judiciais e linguagem simples: um encontro possível e necessário**. 2022. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022b. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/246496>. Acesso em: 16 jul. 2023.

PIRES, Heloisa Fischer de Medeiros. **Clareza em textos de e-gov, uma questão de cidadania**: Subsídios do movimento mundial pela linguagem clara para facilitar a compreensão de textos que orientam cidadãos brasileiros em ambientes de governo eletrônico. 2017. 65f. Monografia (Especialização em Cultura do Consumo) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://comclareza.files.wordpress.com/2018/02/tcc-de-especializaccca7acc83o-heloisa-fischer.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2023.

_____. **Impactos da Linguagem Simples na compreensibilidade da informação em governo eletrônico: o caso de um benefício do INSS**. 2021. Dissertação (Mestrado em Design) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=53277@1>. Acesso em: 15 maio 2023.

RODRIGUES, Clarisse Corrêa de Mattos. **Diretrizes da linguagem simples sob a ótica da gramática funcional**. 2022. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2022a. Disponível em: <<https://dspace.mackenzie.br/handle/10899/30617>>. Acesso em: 20 jul. 2023.

_____. Análise comparativa do percurso gerativo de sentido em um informativo hospitalar: Versões “antes” e “depois” da simplificação da linguagem. **Cadernos de Pós-Graduação em Letras**, [S. l.], v. 22, n. 1, p. 116–130, 2022b. Disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cpgl/article/view/15150>. Acesso em: 21 jul. 2023.

RODRIGUES, Giovana de Sousa. Política linguística para a diversidade: uma política cultural. **Fundação Casa de Rui Barbosa**, 2011. Disponível em: http://antigo.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/palestras/Políticas_Culturais/II_Seminario_Internacional/FCRB_GiovanaRodrigues_Política_linguística_para_a_diversidade.pdf. Acesso em: 10 jul. 2023.

SHUMSKAYA, Daria. **Linguagem clara**: Uma questão de cidadania corporativa para as instituições financeiras. 2019. Dissertação (Mestrado em Gestão Estratégica das Relações Públicas) - Escola Superior de Comunicação Social-IPL, Lisboa, Portugal, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.21/11375>. Acesso em: 20 jul. 2023.

SILVA, Anahi Rocha; VITORIANO, Marcia Cristina Carvalho Pazin. Linguagem simples em arquivos públicos: mapeando a atuação do NARA. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 302–317, 2021. DOI: 10.26512/rici.v14.n1.2021.35440. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/35440>. Acesso em: 15 jul. 2023.

SULLIVAN, Ruth. The promise of plain language drafting. **McGill LJ**, v. 47, p. 97, 2001. Disponível em: <https://lawjournal.mcgill.ca/article/the-promise-of-plain-language-drafting/>. Acesso em: 31 maio 2023.

TAIBI, Mustapha. Public service translation: Critical issues and future directions. **The Routledge Handbook of Public Service Interpreting**, 2023. Doi: 10.4324/9780429298202-9.

VERMEIREN, Hildegard. A First set of guidelines for public service interpreters who unexpectedly face clients with a disability. **Current Trends in Translation Teaching & Learning E**, p. 437-471, 2018. Disponível em: http://www.cttl.org/uploads/5/2/4/3/5243866/cttl_e_2018_11.pdf. Acesso em: 30 abr. 2023.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em Administração**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

ZÉMOR, P. **La communication publique**. Puf, Col. **Que sais-je?** Tradução resumida: Elizabeth Brandão. Paris, 1995.

*LINGUAGEM SIMPLES: UMA ANÁLISE
COMPARATIVA DOS EDITAIS DO PRÊMIO
INOVES ENTRE 2018 E 2024*

*Anny Karollinny Riva Giacomin
Rogerio Zanon da Silveira*